A “TRANSCENDÊNCIA” DO RECURSO DE REVISTA: AVANÇO OU RETROCESSO?

Cesar Zucatti Pritsch¹

Resumo

Para que serve um Tribunal Superior, senão para uniformizar a aplicação do direito? Mas isto se daria através de inviável repetição quase mecânica de seus entendimentos para reformar um a um os julgados divergentes ou recalcitrantes, ou poderia a transcendência ser mecanismo eficaz para otimizar tal trabalho? Examinando-se tal instituto, se argumentará que o caráter vago dos indicadores de transcendência não inviabilizará a uniformização do direito caso os recursos escolhidos resultem em precedentes com efetiva força vinculante, ou ao menos que se criem dispositivos regimentais que impeçam a formação de jurisprudência conflitante entre os órgãos do TST, impondo a provocação dos incidentes de recurso repetitivo (IRR) ou de assunção de competência (IAC) quando detectadas tais divergências.

Palavras-chave: precedentes judiciais; recurso de revista; transcendência; recurso extraordinário; incidente de recurso repetitivo; incidente de assunção de competência; regimento interno.

¹ **Cesar Zucatti Pritsch** é Juris Doctor pela Universidade Internacional da Flórida (EUA) e autor do livro *Manual de Prática dos Precedentes no Processo Civil e do Trabalho*, da Editora LTr. Professor convidado na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat) e em diversas Escolas Judiciais de Tribunais Regionais do Trabalho, especialmente na área de precedentes e direito processual. Professor e palestrante na Fundação Escola de Magistratura do Estado do Rio Grande do Sul (Femargs), Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), Verbo Jurídico e em outros cursos de extensão e especialização. Juiz do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. E-mail: cesarpritsch@yahoo.com.br.

Abstract

Of what use is a Superior Court other than to clarify the law and resolve jurisprudential splits? Would it be through a near-mechanical repetition of its holdings, reversing one by one the divergent rulings, or could it be using the discretionary filter of transcendence? This paper will argue that the vague nature of the transcendence indicators will not endanger the resolution of circuit splits if the rulings of the chosen cases are considered binding nationally, pacifying the dissents. It will propose that the TST rulings of such cases are recognized as binding or, alternatively, that its court rules are amended to proscribe conflicting rulings among the TST panels, making mandatory the use of the repetitive appeal incidents (IRR) or the jurisdiction assumption incident (IAC).

Keywords: *judicial precedents; review appeal; transcendence; general repercussion; repetitive appeal incident; jurisdiction assumption incident; court rules.*

Sumário: *1 Para que serve um Tribunal Superior? 2 A opção da reforma trabalhista pela regulamentação da transcendência, como principal elemento da tarefa uniformizadora do TST – vai funcionar? 2.1 Transcendência e o risco à função uniformizadora do TST. 2.2 Julgando menos em quantidade, mas com maior eficácia. 2.3 O caráter aberto ou impreciso dos indicadores de transcendência não é o maior dos problemas. 2.4 Efeito vinculante dos recursos de revista com transcendência reconhecida? 3 Prognósticos quanto ao uso da transcendência enquanto filtro discricionário de admissibilidade do recurso de revista. 3.1 Uniformização sobre quais matérias são transcendentais ou decisão variável conforme escolha discricionária de cada relator ou turma? 3.2 Focar no que realmente importa – uniformizar o direito, e não necessariamente a forma como os casos-exemplo chegam ao TST. 4 Conclusão. 5 Referências.*

1. Para que serve um Tribunal Superior?

O código processual de 1973 já previa (em seu artigo 476, dispositivo que se aplicava ao processo do trabalho) que competia a qualquer juiz, ao prolatar o voto, solicitar o pronunciamento prévio do tribunal em questões de direito se existisse divergência, ou se a interpretação veiculada na decisão recorrida fosse diversa “da que lhe haja dado outra turma, câmara, grupo de câmaras ou câmaras cíveis reunidas”. Adicionalmente, desde 1998 (por força da redação dada pela Lei 9.756) o §3º do art. 896 da CLT já determinava que “os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência, nos termos do Livro I, Título IX, Capítulo I do CPC”, em que pese o canetaço do legislador não tenha sido então suficiente para mudar uma cultura jurídica de permissividade com a

dispersão jurisprudencial, tendo tal dispositivo sido letra morta, ao menos até a inclusão de mecanismos mais coercitivos, pela Lei 13.015/2014.

A nível de nosso Tribunal Superior do Trabalho, a função de tutela do direito objetivo (MIESSA, 2018, p. 351) através da uniformização nacional da interpretação da legislação trabalhista (SCHIAVI, 2018, p. 207) se torna ainda mais relevante, já que constitui a própria razão da existência de um tribunal de cúpula trabalhista, de jurisdição nacional, nunca se tendo cogitado na doutrina nem na jurisprudência a existência de um mero “triplo grau” de jurisdição.

Como relembra *Bezerra Leite*, a jurisprudência sempre foi reconhecidamente fonte formal de direito material e processual do trabalho (art. 8 da CLT), com essencial importância para a efetivação de vários princípios informadores de um Estado Democrático de Direito, como a previsibilidade das decisões judiciais e segurança jurídica, bem como o princípio da razoável duração do processo e celeridade, pela redução da recorribilidade e encorajamento da conciliação decorrentes da estabilidade e coerência jurisprudencial (LEITE, 2016, p. 1214).

Assim, se de um lado se objetivava, já no sistema anterior, que os Tribunais Regionais julgassem de forma coerente e uniformizassem seus entendimentos, com mais ênfase isso sempre foi imputado ao Tribunal Superior, sob pena de transitarem em julgado interpretações díspares sobre as normas trabalhistas. O saudoso mestre *Wagner Giglio* diz que cabe ao TST, por meio do recurso de revista, “padronizar o entendimento das leis”, “eliminar as divergências”, zelando pela manutenção do respeito à lei e “coibindo ofensas eventualmente praticadas pelos Tribunais Regionais” (GIGLIO, 2003, p. 435). De forma eloquente, *Giglio* justifica: “A sobrevivência de decisões díspares, para a solução de casos iguais, abala a confiança e a credibilidade dos jurisdicionados na atuação do Poder Judiciário, e daí surge a necessidade de eliminar as divergências de interpretação da lei” (ibidem).

Já o CPC de 2015 consolidou uma nova e abrangente regulação da uniformização de jurisprudência e formação de precedentes qualificados, inclusive impondo diversos mecanismos processuais para sua observância, notadamente as reclamações, previstas em seu art. 988. Central a tal sistema figura o art. 926 do *codex* de CPC de 2015, positivando que “os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente”.

Na contramão de tal vetor, entretanto, a Reforma Trabalhista, Lei 13.467/2017, promoveu a revogação dos mecanismos de devolução dos

recursos de revista à origem para uniformização interna (parágrafos do art. 896, da CLT) e simultaneamente inseriu um breve detalhamento para o pressuposto de “transcendência” do recurso de revista (parágrafos do art. 896-A, da CLT), o qual permanecia, desde sua inclusão em 2001, sem qualquer eficácia, por falta de regulamentação pelo TST.

A coincidência temporal de tais alterações, veiculadas no mesmo diploma legal, faz parecer que o legislador reformista efetuou “opção” pelo filtro da transcendência como forma de racionalização do trabalho do TST, descartando a devolução obrigatória dos recursos de revista contendo dissensos regionais.

Será? Foi realmente a intenção do legislador trocar o IUJ pela “transcendência”? Em caso positivo, está o intérprete atrelado à *mens legislatoris* ou está livre para buscar a melhor interpretação do direito positivado? O filtro da transcendência permite o aporte supletivo (art. 15 do CPC) das regras da repercussão geral, no que couberem, ou implica em mera redução de acervo, sem o cuidado para evitar o trânsito em julgado de entendimentos divergentes entre Regionais? Assume o TST o papel de uma corte de vértice, garantindo a uniformidade do direito e impondo a observância dos entendimentos pacificados nacionalmente, *ou permitirá que se coloque em risco sua função uniformizadora?* Nesta última hipótese, para que serve um Tribunal Superior, se abrir mão de sua missão de uniformização nacional da jurisprudência? Vejamos.

2. A opção da reforma trabalhista pela regulamentação da transcendência, como principal elemento da tarefa uniformizadora do TST – vai funcionar?

Analisemos o impacto da regulamentação do pressuposto da transcendência para a admissibilidade do recurso de revista (introduzida pela Lei 13.467/2017), pressuposto que dá ao relator grande discricionariedade para escolher os recursos que vai julgar e que, se de um lado pode desafogar nosso Tribunal de cúpula na seara juslaboral, por outro lado pode esvaziar sua serventia como guardião da coerência e uniformidade do direito nacional nessa seara. São muitas dúvidas ainda não sedimentadas, havendo perplexidade e divergência entre os próprios Ministros do TST sobre a maneira de desempenhar sua missão, à vista da drástica mudança de sua dinâmica, introduzida pela discricionária escolha dos recursos de revista.

Afinal, como pacificar a jurisprudência nacional, por exemplo, se forem escolhidos uns poucos recursos de revista para serem julgados, e esses poucos forem julgados monocraticamente? E se forem julgados pela turma, mas sem efeito vinculante, isto é o suficiente para pacificar a jurisprudência, considerando que muitos recursos sobre divergências entre Regionais nem serão admitidos? Pode ser estabelecido regimentalmente dispositivo que imponha um dever de uniformização entre as turmas do TST, como existente em cortes de *common law*? O filtro da transcendência *permite o aporte supletivo (art. 15 do CPC) das regras da repercussão geral*, notadamente a incidência da reclamação em caso de inobservância?

2.1. Transcendência e o risco à função uniformizadora do TST

Até 1982, o TST tinha competência para emitir enunciados sobre questões de direito em caráter vinculante, os chamados “prejulgados” (art. 902 da CLT, revogado pela Lei 7033/82). Em 2000, foi introduzido na CLT o art. 896-A (através da MP nº 2226/2001, em 04/09/2001), segundo o qual o TST, para fins de admissibilidade do recurso de revista, examinaria “se a causa oferece *transcendência* com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica”.²

No entanto, tal norma nunca foi regulamentada pelo TST e, portanto, permaneceu durante quase duas décadas sem uso.³ Uma comissão de Ministros do TST formada para promover regulamentação concluiu pela inviabilidade ante a “quase intransponível dificuldade conceitual”, entendendo ainda que haveria uma renúncia parcial à função uniformizadora do TST (DALAZEN *apud* SOUZA, 2011, pp. 216-222).⁴ Entretanto,

² Tal dispositivo, introduzido pela Medida Provisória nº 2.226, de 4.9.2001, permanece vigente em razão do art. 2º da Emenda Constitucional 32/2001, que preservou a eficácia das MPs editadas em data anterior à sua publicação (12/09/2001).

³ TRANSCENDÊNCIA. Pugna a União pela aplicação do princípio da transcendência, em face de relevância da matéria, nos termos do art. 896-A da CLT. Revela-se improcedente a invocação da transcendência, haja vista que a questão não foi regulamentada no âmbito desta Corte. Não conheço. RR - 63000-40.2007.5.12.0043, Rel. Min. Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, 1ª Turma, DEJT 19/04/2011. No mesmo sentido, e.g., o AIRR - 100600-19.2009.5.03.0062, Rel. Min. Emmanoel Pereira, 5ª Turma, DEJT 20/05/2011.

⁴ O Ministro Dalazen era então o Vice-Presidente do TST e presidia tal comissão, instituída pela Res. Adm. TST nº 1360/2009.

instrumentos outros, como o agora revogado IUJ (previsto no revogado CPC de 1973 e nos §§3-5º do art. 896 da CLT) e o incidente de recursos repetitivos (IRR) do TST, foram propostos ao legislador e positivados através da Lei 13.015/2014. Enquanto vigeu tal norma, estiveram os Regionais efetivamente debruçados na tarefa de uniformizar sua jurisprudência, utilizando-se o IUJ do CPC de 1973 (até que revogados os §§ 3º a 6º, do art. 896, da CLT, pela Lei 13.467/2017). Em contraste com o IRR, do art. 896-C, da CLT (LGL\1943\5), e o IRDR introduzido pelo CPC de 2015, não se tornaram tão “populares” e têm sido utilizados de forma mínima.

A realidade recente tem demonstrado que tais ferramentas, em sua configuração atual, têm sido insuficientes para a racionalização da sobrecarga dos tribunais, sobretudo do TST (2019). Em 2017, quando ainda estavam em vigor os §§3-5º do art. 896 da CLT, que filtravam os casos de recursos de revista decorrentes de dissenso entre turmas de um mesmo TRT, devolvendo-os para uniformização, os números já eram surpreendentes. Foram 206.869 processos por ano, ou 17.239 por mês; portanto, uma média de 638 processos novos ao mês por Ministro (TST, 2017). Assim, ainda que durante a vigência de tais dispositivos (introduzidos pela Lei 13.015/2014) tenha havido alguma redução de carga, cada Ministro do TST recebia um volume incompatível com sua missão de aprofundar o debate sobre o direito nacional, promovendo sua uniformização. Com a explosão de recorribilidade detectada em 2019, tal missão fica em uma posição ainda mais delicada.

Naturalmente, prolar 650, 800 – ou, quanto mais, 1500 votos por mês – é humanamente impossível, implicando o compartilhamento do trabalho com uma enorme equipe, transformando o Ministro em um gestor de tal equipe. Enseja-se a delegação e divisão da tarefa de redigir a maior parte dos votos, seguindo entendimentos e critérios preestabelecidos. Em tal contexto, fica naturalmente reservada a intervenção intelectual mais imediata do Ministro às matérias novas, de maior complexidade ou importância, ou seja, que *transcendem* o interesse individual das partes envolvidas e importam para a própria uniformização e refinamento do direito. Assim, na prática, mesmo antes da regulamentação da transcendência pela Lei 13.467/2017, já se estavam selecionando os casos “transcendentes” para atuação direta do Ministro, delegando-se a minuta dos demais para suas equipes, por serem menos relevantes ou mais rotineiros.

Então, afigura-se razoável a oficialização de tal seleção por algum filtro discricionário que permita a seleção dos casos importantes ou “trans-

centes” que mereçam a atenção da corte máxima trabalhista. Não seria melhor focar as equipes dos gabinetes na filtragem de tais casos mais importantes, *ad referendum* do próprio Ministro relator ou do respectivo colegiado? Quanto aos casos de menor importância, se é para delegá-los a alguém (o que de qualquer forma já vinha ocorrendo, conforme a estatística faz presumir), então que se os “delegue” às instâncias ordinárias, deixando tais casos transitar em julgado após o recurso ordinário, encerrando seu trâmite perante o segundo grau? Inadmitindo-se os respectivos recursos de revista e deixando que as respectivas demandas transitem em julgado, automaticamente se estaria delegando a decisão final do caso para o seu juiz natural nos Tribunais Regionais, já que teriam caráter definitivo as decisões já postas por tais autoridades, prestigiando-as.

Não é esta a ideia do requisito da transcendência? Liberar os Ministros para focarem seus estudos, debates e energias naqueles casos que realmente venham a fazer diferença para o melhoramento do direito, deixando que aquelas situações mais rotineiras ou comuns sejam resolvidas até a segunda instância? Se duas cortes competentes e qualificadas já julgaram o processo, por que seria necessária uma terceira? Estaria uma terceira mais habilitada para evitar o erro do que a segunda e a primeira? Cremos que não, já que tribunais de vértice possuem natureza extraordinária, não preocupados com a justiça de cada caso concreto, sim com o aprimoramento e unidade nacional do direito.

Entretanto, em 2010, quando funcionou a comissão de Ministros do TST destinada à regulamentação da transcendência, a mesma anteviu que a admissão de apenas uns poucos recursos de revista, segundo o volátil critério da “transcendência”, poderia colocar em risco a função uniformizadora do TST (DALAZEN *apud* SOUZA, 2011, pp. 216-222). Muitos casos, ao serem considerados “não transcendentos” saíam das vistas do TST, o que permitiria a consolidação e perpetuação de jurisprudências regionais conflitantes em tais questões.

Com a entrada em vigor do CPC de 2015 e suas diversas técnicas de uniformização e precedentes vinculantes, o quadro poderia ser outro. Em tese, o risco de eternização de dissensos jurisprudenciais ficaria mais reduzido com o uso de precedentes vinculantes. Poderia ser dispensável a subida de muitos processos ao TST para imposição, um a um, dos entendimentos pacificados por tal tribunal. Escolher discricionariamente os casos mais “transcendentes”, para atuação do TST, não necessariamente

implicaria em renúncia à função uniformizadora *se os acórdãos destes recursos de revista escolhidos servissem de paradigma decisório, com efeito vinculante geral e prospectivo*.

Entretanto, parece que o TST se encaminha neste momento para tratar o filtro da transcendência como um mero método defensivo em face do volume inviável de trabalho, sem outorgar efeitos precedenciais aos acórdãos selecionados. Tal seria a perda de uma oportunidade de, em menos processos, produzir uma eficácia verdadeiramente uniformizadora, mas com grande economia de tempo e energia. Vejamos.

2.2. Julgando menos em quantidade, mas com maior eficácia

Reza o novel §1º do art. 896-A da CLT que são indicadores de transcendência, “entre outros” (portanto rol exemplificativo), o elevado valor da causa (para transcendência econômica), o desrespeito às súmulas dos tribunais superiores (como transcendência política), a postulação de direito social constitucionalmente garantido (como indicador de transcendência social), e a existência de questão jurídica nova (como indicador de transcendência jurídica). O relator pode denegar seguimento ao recurso de revista onde não demonstrada transcendência, decisão sujeita a agravo para o colegiado (§2º). Se este confirmar o voto do relator quanto a não transcendência, será lavrado acórdão sucinto, irrecorrível no âmbito do Tribunal (§4º). Já nos agravos de instrumento em recurso de revista, a própria decisão do relator negando a transcendência é também irrecorrível (§5º). Finalmente, tal exame da transcendência é exclusivo dos Ministros do TST, não podendo a análise pela (Vice-)Presidência dos TRTs abranger o critério da transcendência (§6º).

A transcendência como pressuposto de admissibilidade dos recursos de revista traz relevante paralelo entre o TST e o STF (quanto à repercussão geral para fins de julgamento de recurso extraordinário) em termos de escolha discricionária dos casos com importância suficiente para serem julgados por uma corte de vértice.⁵ Ainda que estejamos um pouco distantes da realidade da paradigmática *Supreme Court* dos Estados Unidos – que julga menos de 200 casos por ano, a cada decisão impactando de forma decisiva a

⁵ Valem aqui, analogamente, as considerações feitas por ocasião do tópico acima Recurso extraordinário com repercussão geral.

evolução do direito daquele país – o caminho da “transcendência” poderia, em tese, focar o TST nos casos que interessem à formação de precedentes qualificados e pacificação do sistema.

Há vozes importantes no cenário juslaboral, entretanto, que pensam em contrário. Por exemplo, o Ministro do TST, Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, externou grande preocupação com tal mudança legislativa, reiterando os argumentos que levaram a maioria do TST a optar por não regulamentar a transcendência, especialmente com a revogação da parte da Lei 13.015/2014 que impunha o amadurecimento da jurisprudência regionalmente, antes de atingir o TST (§§3º-6º do art. 896 da CLT).⁶

Tal preocupação é extremamente relevante, e efetivamente existe risco de que, ausente norma legal ou regimental impondo a devolução dos recursos de revista à origem para antes uniformizar sua jurisprudência interna, retorne-se à anterior permissividade com tais dissensos regionais, ainda mais ante a redução quantitativa da atuação do TST, agora limitado às questões de maior *transcendência*.

No entanto, como já referido acima, o art. 926 do CPC de 2015 obriga os tribunais a manterem sua jurisprudência íntegra e coerente, o que lhes impõe a pacificação dos conflitos internos. Em tal contexto, não haveria prejuízo na redução quantitativa dos recursos de revista a serem efetivamente julgados pelo TST, se estes fossem utilizados como ponto de partida para uma uniformização vinculante, que efetivamente pacifique os dissensos jurisprudenciais.

Entretanto, é o foco deste artigo questionar os rumos atuais da questão, já que, neste momento, parece que não se tem nem uma coisa nem a outra. Por um lado, a diminuição do acervo de recursos de revista que entram (barrados pelo filtro da transcendência), derruba a antiga função de “*corte de controle*” do TST (que mantinha a unidade do direito pela reforma das decisões de segundo grau recalitrantes, uma a uma). No entanto, do outro lado, o TST parece não estar assumindo a nova função de “*corte de interpretação*” ou “*corte de precedentes*” (que julga poucos processos, os quais se tornam precedentes para observância obrigatória prospectiva).

⁶ Em painel intitulado “Efeitos da Reforma Trabalhista”, ocorrido no XII Encontro Institucional da Magistratura do TRT da 4ª Região, em 14/09/2017. Entende o Ministro que faltam critérios suficientemente objetivos para o filtro da transcendência, e que, combinado tal instituto com a revogação dos dispositivos que ordenavam o retorno dos processos à origem para pacificar dissensos internos, há risco de deslocamento da tarefa de uniformização de dissensos regionais para o TST, transformando os regionais em instâncias de passagem.

2.3. O caráter aberto ou impreciso dos indicadores de transcendência não é o maior dos problemas

Como mencionamos acima, durante quase duas décadas, os Ministros do TST não conseguiram atingir a concordância da maioria quanto a uma regulamentação dos indicadores da transcendência ante a dificuldade de fazê-lo de forma mais objetiva, situação que ecoa também na maior parte da doutrina. Os conceitos jurídicos abertos positivados na respectiva norma importam em relativa subjetividade ou discricionariedade delegada ao julgador que aplicará tal filtro, inviabilizando a confecção de parâmetros mais objetivos (DALAZEN *apud* SOUZA, 2011, pp. 216-222).⁷

Tal receio, entretanto, parte da premissa fortemente arraigada em nossa cultura jurídica de que as partes teriam direito de exaurir todas as possibilidades recursais, inclusive com um minucioso exame de seu caso mesmo pelas instâncias extraordinárias. Se considerarmos que existe um direito subjetivo da parte ao “terceiro grau” de jurisdição, então realmente haveria que ser a questão mais minuciosamente regulamentada, a fim de que tal direito pudesse ser imposto e controlado. No entanto, se a subida de um recurso ao TST não é um direito subjetivo da parte, mas um exemplo para a uniformização jurisprudencial e aprimoramento do direito, então é natural certa discricionariedade do respectivo tribunal superior para escolher os casos que melhor consubstanciam questões onde se entende necessária sua intervenção uniformizadora. Tais casos subiriam não para sua correção, mas como exemplares das respectivas controvérsias, para fins de deliberação e uniformização.

Assim, em princípio, não se deveria ter receio de que os Ministros exerçam seu arbítrio para aferir os casos mais relevantes ou transcendentais para serem analisados pela corte. Aliás, tal é o mesmo espírito da repercussão geral, adotada quanto aos recursos extraordinários de competência do STF, desde 2007. Esse reflete ainda a praxe da Suprema Corte americana há 200 anos,⁸ experiência replicada em diversas cortes extraordinárias do planeta.

⁷ O Ministro Dalazen era então o Vice-Presidente do TST e presidia tal comissão, instituída pela Res. Adm. TST nº 1360/2009.

⁸ Cf. *Supreme Court Rule 10* [art. 10 das “Regras” ou regimento interno da Suprema Corte Americana]: *considerações regendo a apreciação do Writ of Certiorari*. A apreciação do writ of certiorari não é direito da parte, mas sim sujeito à discricionariedade, admissível apenas razões “imperiosas” (compelling reasons). Disponível em: <<https://www.supremecourt.gov/ctrules/ctrules.aspx>>.

Afinal, quanto mais casos concretos subirem à instância extraordinária, menos esta estará de fato cumprindo sua missão institucional, já que, afogada na rotina e repetindo o trabalho já realizado nas instâncias inferiores, pouco poderá se concentrar em prolar os julgamentos de interesse nacional, que servirão de paradigma para o aprimoramento e uniformização do direito.

O problema, todavia, não é como se escolhem os casos que efetivamente serão julgados numa instância extraordinária, mas sim se tal redução do número de processos terá sido efetivamente útil para promover uma mais eficiente uniformização do direito nacional. Aqui, remanesce a dúvida.

2.4. Efeito vinculante dos recursos de revista com transcendência reconhecida?

No contexto exposto acima, os conflitos jurisprudenciais deixam de ser controlados artesanalmente pelo TST, um a um, sendo agora submetidos a uma escolha discricionária pelo filtro da transcendência. Assim, da mesma forma que os recursos extraordinários com repercussão geral reconhecida - que são vinculantes em sentido estrito, sujeitando sua inobservância à reclamação, art. 988, §5º, II, do CPC - os precedentes formados através dos recursos de revista com transcendência reconhecida devem ser observados obrigatoriamente, sob pena de reclamação?

O embasamento dessa possibilidade hermenêutica seria que a aplicação subsidiária e supletiva do CPC ao processo laboral (art. 15 do CPC, art. 769 da CPC) faz com que a regulamentação do recurso de revista seja complementada com as regras aplicáveis aos demais recursos de natureza extraordinária. Uma vez concedido o efeito vinculante ao recurso extraordinário com repercussão geral (art. 988, §5º, II, do CPC, incluído pela Lei nº 13.256, de 2016), decorre da sistematicidade do novo modelo de precedentes vinculantes que o recurso de revista, agora sujeito a análogo filtro discricionário, também seja dotado de análogo efeito vinculante, dando-lhe ampla eficácia uniformizadora.

Cogitamos que isso possa ser feito:

(a) considerando o acórdão de turma recebido com transcendência ele próprio vinculante;

(b) ou, no mínimo, através de mecanismos regimentais que obrigatoriamente canalizem as divergências entre turmas do TST para um incidente que produza precedente vinculante em sentido estrito (no caso, o IRR ou o IAC), não dependendo da iniciativa das partes, que podem, ao

detectar divergência, utilizar o recurso de embargos (art. 894 da CLT), também um precedente qualificado (art. 927, V, do CPC), mas com menor eficácia impositiva do que aqueles, sujeitos à reclamação (art. 988 do CPC).

Se a ideia de toda a sistemática da transcendência é que o TST possa atuar de forma mais célere, julgando apenas um ou poucos recursos de cada matéria (ao invés dos milhares de recursos similares), mas com eficácia precedencial que tornaria supérfluo o julgamento desses milhares de recursos, então algo tem de ser feito.

Em boa hermenêutica, não se pode presumir que as normas possuam sentido conflitante ou assistemático. Assim, ante o novo sistema de precedentes, inaugurado pela Lei 13.015/14, pelo CPC de 2015, e agora pela regulamentação do pressuposto recursal da transcendência, incluída pela Lei 13.467/17, é ilógico entender que TST teria filtro discricionário para limitar a quantidade de casos julgados, mas não poderia dar qualquer eficácia precedencial vinculante a estes casos, deixando a descoberto uma infinidade de dissensos jurisprudenciais, nacionalmente.

Infelizmente, é praticamente uníssona a interpretação de que o acórdão de turma do TST não constitui precedente qualificado, mesmo quando admitido sob o pálio da “transcendência”, o que leva o sistema de uniformização a um momento de preocupante paralisia, com lacunas que lhe impedem o cumprimento de sua missão de dar unidade nacional ao Direito. Examinemos algumas alternativas.

3. Prognósticos quanto ao uso da transcendência como filtro discricionário de admissibilidade do recurso de revista

Ainda que a alteração legislativa⁹ que introduziu a regulamentação dos pressupostos da transcendência seja recente, já se sabe que há significativa resistência quanto ao uso da transcendência, seja pela doutrina, seja por vários dos Ministros do próprio TST, em vista da subjetividade do conceito de transcendência e de seus indicadores. Trata-se de mudança de paradigma, que altera drasticamente a dinâmica e os quantitativos no fluxo processual do TST, além de colocar em dúvida a própria efetividade de tal Tribunal enquanto instância uniformizadora da jurisprudência nacional.

⁹ Cf. Lei 13.467/2017.

Não obstante, a transcendência se afigura lógica quando lembramos que o direito subjetivo de acesso ao Judiciário para aferição da justiça do caso concreto cessa com o exaurimento das instâncias ordinárias. A garantia ao devido processo legal abrange o duplo grau de jurisdição, não triplo ou quádruplo. Nas instâncias extraordinárias, os casos concretos não são recebidos para o escrutínio da decisão mais justa, e sim para servirem de exemplo ou caso-piloto para a uniformização nacional do direito (sistemática das cortes supremas, de instância extraordinária, e não cortes de justiça, que revisam a justiça do caso concreto).¹⁰

Para que examinemos algumas possibilidades de aprimoramento do sistema, evitando que a transcendência se torne um “buraco” na capacidade uniformizadora do TST, devemos antes ter em mente duas importantes diferenças entre a configuração atual da transcendência e o análogo filtro da repercussão geral, no STF.

A primeira comparação que se destaca é que a seleção dos processos pelo STF é feita pelo Plenário (virtual), necessitando 2/3 dos Ministros para rejeitarem a repercussão geral de uma determinada matéria. Logo, já depreendemos que a repercussão geral se dá em relação a uma questão jurídica como um todo, e não em relação ao caso individual. Em 01/07/2020, foi aprovada uma exceção a tal sistemática, permitindo ao relator, monocraticamente, “*negar repercussão geral com eficácia apenas para o caso concreto*” (RISTF, art. 326, §1º). No entanto, tal não desnatura a coerência na aferição da repercussão geral, já que o recorrente pode recorrer ao Pleno – hipótese em que, caso 2/3 dos Ministros não ratifiquem a decisão monocrática de restringir a ausência de repercussão ao caso concreto, o exame de admissibilidade será redistribuído a outro Ministro (§§2º e 3º).¹¹ Em síntese, há uma válvula de escape para que o relator possa rejeitar a repercussão geral para um recurso específico que, talvez, não considere um bom exemplar para aferir a repercussão da questão, erga omnes – mas a palavra final será sempre do Pleno.

Assim, embora lá também não existam critérios objetivos de seleção, quem a efetua é o Pleno, o que naturalmente lhe garante uniformidade. Após

¹⁰ Nos referimos aqui à dicotomia de paradigmas de tribunais superiores muito bem tratada por Marinoni e Mitidiero (2019, p. 47). Além disso, de forma geral, cf. MITIDIERO (2017).

¹¹ Emenda Regimental nº 54 ao RISTF. Ver, ainda: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=446754&caixaBusca=N>>.

o Pleno sacramentar o critério de seleção, novos casos de matéria aceita tendem a ser suspensos ou recebidos monocraticamente. Novos casos de matéria sem repercussão geral transitam em julgado ao ser inadmitido o recurso extraordinário. Já no TST, pela literalidade da norma, a seleção seria feita desde o início monocraticamente, dando margem a que um Ministro possa entender que um determinado assunto é transcendente, ao mesmo tempo em que outro Ministro entende que o mesmo tema *não* é transcendente.

A segunda diferença é que o recurso extraordinário com repercussão geral é naturalmente julgado pelo Plenário,¹² suspendendo todos os processos sobre o mesmo tema nacionalmente, ou seja, quanto aos pedidos afetos a tal tema (PRITSCH et al., 2019, on-line), sendo aplicável a eles e a casos futuros, bem como havendo previsão expressa de reclamação pela sua não observância (art. 988, do CPC), características não previstas expressamente para o recurso de revista com transcendência.

São, as diferenças entre tais institutos, intransponíveis? Impedem a aplicação supletiva e sistemática de alguns elementos da regulamentação da repercussão geral à transcendência? Temos que a resposta é negativa.

3.1. Uniformização sobre quais matérias são transcendentais ou decisão variável conforme escolha discricionária de cada relator ou Turma?

Para afirmar a (in)existência de repercussão geral, a decisão do STF é, em regra plenária, presumindo-se que existente a repercussão geral salvo se houver 2/3 dos Ministros votando pela em contrário (em regra em votação

¹² Ferraz (2017, p. 187) cita o parágrafo único do art. 143 do RISTF, segundo o qual o “*quorum* para votação de matéria constitucional [...] é de oito Ministros”. Assim, em que pese o art. 9º, III do RISTF ainda atribua às turmas a competência para julgar recursos extraordinários, tal provavelmente remanesceu no texto em razão do estoque de tais recursos recebidos antes da positivação do requisito da repercussão geral. Verifica-se, no entanto, que o art. 11 do RISTF permite a remessa da turma ao pleno “quando considerar relevante a arguição de inconstitucionalidade ainda não decidida pelo Plenário” (inciso I) ou “quando, não obstante decidida pelo Plenário, a questão de inconstitucionalidade, algum Ministro propuser o seu reexame” (inciso II). Finalmente, ainda que o Regimento não seja tão claro quanto a isso, verifica-se que a jurisprudência do STF se consolidou pelo julgamento plenário dos recursos extraordinários com repercussão geral. Cf. consulta aos temas julgados, disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/abrirTemasComRG.asp>>.

eletrônica num “plenário virtual”). Uma vez deliberada a (in)existência de repercussão geral, tal decisão vincula a todos os Ministros e enseja suspensão dos RE da matéria com repercussão reconhecida, bem como a inadmissão dos REs em questões sem repercussão geral. Como dissemos acima, ainda que recentemente o STF tenha aprovado uma exceção a tal sistemática, permitindo ao relator, monocraticamente, “negar repercussão geral com eficácia apenas para o caso concreto” (RISTF, art. 326, §1º), vimos que a palavra final é sempre do Pleno, a quem a parte pode recorrer para que este ratifique (por 2/3 dos membros) ou não a decisão monocrática de restringir a ausência de repercussão ao caso concreto (§2º).¹³

Em contraste, segundo a interpretação hoje predominante para a sistemática da transcendência, pode o próprio relator denegar seguimento ao recurso monocraticamente, com agravo interno para a respectiva turma (§2º do art. 896-A da CLT) ou de forma irrecorrível se em sede de agravo de instrumento para o destrancamento de recurso de revista inadmitido na origem (§5º do mesmo artigo).

O Ministro Ives Gandra defende que a ausência de sobrestamentos de feitos e a desnecessidade de decisão final em plenário ou seção seriam vantagens comparativas em relação ao regime dos repetitivos, permitindo uma filtragem mais rápida das causas. Entende que os recursos repetitivos, no STJ, têm sido insuficientes para fazer frente à enormidade de seu acervo (MARTINS FILHO, 2018, pp. 647-648). Quanto à “discricionariedade bastante grande aos Ministros do TST para selecionarem as causas que irão efetivamente julgar”, diz que tal característica tenderia a mitigar a jurisprudência defensiva (Súmulas 23, 126, 294, 297, 337 e 422 do TST, e art. 896 §1º-A, da CLT) e permitiria a seleção das matérias efetivamente novas ou os entendimentos dos TRTs refratários à jurisprudência do TST. Defende ainda a limitação da recorribilidade das decisões reconhecendo a *intranscendência* como forma de abreviar a *via crucis* da partes em busca da inatingível decisão perfeita, bem como dos Ministros, que têm de examinar repetidas vezes as mesmas matérias, inclusive através de sucessivos embargos de declaração (ibidem, pp. 650-652). O Ministro pontua que a discricionariedade de escolha, associada à irrecorribilidade de tal decisão monocrática ou turmária, preserva o “duplo juízo de admissibilidade” do

¹³ Nos termos da Emenda Regimental nº 54 ao RISTF. Ver, ainda: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=446754&caixaBusca=N>>.

recurso de revista (no Regional e no TST), prestigia as decisões de 2ª instância, bem como reduz em vários anos o tempo médio até o trânsito em julgado – diz que “a justiça que tarda, falha” (idem, p. 653).

Especificamente quanto à (des)necessidade de uniformização interna dos critérios de transcendência, o Ministro Ives sustenta que, apesar de o TST ter incluído no Regimento Interno o art. 249, que prevê “banco de dados em que constarão os temas a respeito dos quais houve sido reconhecida a transcendência”, a uniformização de tais critérios não condiz com a letra nem o espírito da lei. Entende que seria *inviável e contraproducente tentar produzir critérios uniformes de transcendência* na faticamente rica matéria trabalhista. Ilustra tal dificuldade lembrando a enorme quantidade de energia já gasta na SBDI-1 com a uniformização dos requisitos de admissibilidade dos recursos de revista. Sustenta que seria melhor investir o tempo da SBDI-1 na efetiva unificação das próprias teses jurídicas em torno do Direito e Processo do Trabalho, já que “quem muito abraça, pouco aperta” (ibidem, pp. 653-654).

Em sentido diametralmente oposto, Cláudio Gomes Carneiro lamenta a atribuição do exame da transcendência ao relator, monocraticamente, ou à turma, por agravo, já que isso inviabilizaria a uniformização de tais critérios de transcendência, vulnerando a missão institucional do TST, assim como o princípio da colegialidade dos julgamentos recursais (CARNEIRO, 2018, p. 417). Sugere que se promova uma regulamentação mais detalhada pelo TST, preferencialmente atribuindo o exame da transcendência ao pleno, como ocorre com o STF, ou pelo menos à SBDI-1, até porque, do contrário, seria inexequível a criação de um banco de dados de temas transcendentais, prevista no art. 249 do RITST (ibidem, p. 418). Finalmente, *defende a declaração de inconstitucionalidade dos §§ 4º e 5º quanto à irrecorribilidade da decisão que nega a transcendência*, bem como que a regulamentação do instituto deveria ser similar à da repercussão geral (idem, p. 420).

Na mesma senda discorre Philippe de Oliveira Nader que, apesar de reconhecer que a atual configuração da repercussão geral tem como efeito colateral o reconhecimento de excessivos temas, além de sua capacidade do STF de julgar em tempo razoável, tece críticas ao equivalente filtro do TST quanto à singela e irrecorrível escolha monocrática ou turmária dos processos transcendentais, com grande risco de decisões contraditórias. Sugere, da mesma forma, a criação de procedimentos equivalentes aos do STF – plenário virtual, rejeição de matérias por falta de transcendência por maioria de 2/3 (NADER, 2018, pp. 231-232). Nader também enxerga

inconstitucionalidade na irrecorribilidade da negativa de transcendência, seja por vulnerar a garantia de isonomia, seja por malferir o princípio da colegialidade. Entende que se poderia conferir interpretação que evitasse sua inconstitucionalidade, firmando-se que *os parágrafos do art. 896-A da CLT (quanto à escolha dos transcendentais pelo relator ou pela turma, caso a caso) somente se aplicariam após decisão da SBDI-1 quanto à transcendência da matéria* (ibidem, pp. 233-234).

A discussão está longe de seu fim, mas afigura-se sistemicamente mais eficaz esta última corrente interpretativa, combinando supletivamente (art. 15 do CPC) uma votação plenária ou na SBDI-1 para eleger as matérias transcendentais, de forma similar ao que ocorre no STF (e, e.g., na própria Suprema Corte norte-americana, que utiliza de há muito o paradigmático *writ of certiorary*), ficando para o relator ou turma a missão de aplicar a cada recurso o critério de seleção eleito pelo colegiado maior.

3.2. Mecanismos para que o TST produza precedentes vinculantes

Em que pese a importância da questão quanto à escolha (monocrática/turmária, ou plenária/por seção) das matérias ou casos transcendentais, tal espinhosa questão *não é o maior risco à missão uniformizadora do TST*. Se um determinado gabinete ou turma vai se fixar mais em determinadas matérias, e se outro gabinete ou turma vai focar mais em outras, embora contraproducente e motivo de insegurança jurídica, isso não impede o TST de uniformizar a matéria em si, *desde que alguns exemplares de cada matéria com divergência no país cheguem ao TST e sejam pacificadas com eficácia vinculante!*

Quanto à subjetividade ou abertura conceitual dos indicadores de transcendência, ainda que se conclua pela constitucionalidade da irrecorribilidade das escolhas dos relatores e suas turmas, não nos parece ser um problema tão grave, por mais que isto leve o jurisdicionado a uma insegurança sobre se o seu recurso de revista, individualmente considerado, vai ou não ser recebido. O máximo que vai ocorrer é o seu recurso não ser selecionado para exame na instância extraordinária, acarretando o imediato trânsito em julgado e prevalência da decisão do segundo grau, o que é razoável e atende ao duplo grau de jurisdição e ao devido processo legal.¹⁴ Tanto para o STF

¹⁴ Em outros termos, sob a ótica sistêmica, o problema não é a abertura ou subjetividade de critérios, mas sim a divergência de critérios entre cada Ministro ou Turma, tornando virtualmente impossível o cumprimento do art. 249 do Regimento Interno do TST, que diz que o Tribunal

quanto para o TST, há uma grande margem de discricionariedade, ficando para a corte decidir quais tipos de casos irá priorizar, em determinado momento, ciente de que é humanamente impossível que julgue todos. Isto é inerente ao sistema atual, subindo à instância extraordinária apenas os casos que podem servir de exemplo para uma correção ou uniformização nacional de entendimentos de direito. Assim, seja qual for a formatação da escolha dos processos transcendentais, *certo é que o TST terá um volume menor de processos e poderá julgar melhor, com mais profundidade*, com o cuidado necessário à *formação de precedentes*. A lógica das cortes de ápice é que julguem menos processos, concentrando-se naqueles mais relevantes (ou “transcendentes”) para a uniformização nacional.

Entretanto, de que terá adiantado a redução de acervo para julgar melhor, se os julgados resultantes não tiverem qualquer efeito vinculante, portanto insuficientes para a imposição de entendimentos pacificados? Caso não se considere vinculante o respectivo acórdão (e esta é a tendência atual), os entendimentos veiculados em tais julgados não seriam cogentes, criando um vácuo na função uniformizadora do TST. Afinal, no sistema anterior, como “corte de controle”, o TST recebia todos os processos com entendimentos divergentes entre Regionais, “uniformizando-os” diretamente, um a um, ele próprio impondo o entendimento pacificado através da reforma ou da confirmação da decisão recorrida, à semelhança de uma “terceira instância” de jurisdição. No sistema atual, se o TST vai receber menos processos, tais processos terão de bastar para fazer cumprir a mesma função uniformizadora.

Em tal senda, o Ministro Ives Gandra, no já citado artigo, refere que o objetivo do “filtro seletor de maior radicalidade” com o descarte sumário dos recursos “intranscendentes” era justamente deixar os Ministros mais livres para focarem na missão institucional de pacificação da jurisprudência de toda a Justiça do Trabalho, “por meio dos embargos à SBDI-1 ou do incidente de recurso de revista repetitivo” (MARTINS FILHO, 2018, p. 654). No entanto, não está clara a adequação do meio (filtro discricionário da transcendência) ao fim almejado (deixar os Ministros do TST mais livres para focarem na uniformização da jurisprudência trabalhista). O referido artigo contém precioso relato empírico da experiência do gabinete do respectivo

“organizará banco de dados em que constarão os temas a respeito dos quais houver sido reconhecida a transcendência”. Como organizar um banco de dados se não houver qualquer uniformidade entre as escolhas dos Ministros quanto ao que é transcendente?

autor durante alguns meses na vigência do novo instituto, onde, dos 154 processos analisados, 17 (11%) foram reconhecidos como transcendentais, dos quais 15 versavam sobre responsabilidade subsidiária na terceirização (impossibilidade de presumir a culpa *in vigilando* ou inverter à Administração o ônus da prova). Por exemplo, no RR-20642-26.2017.5.11.0011 (26/10/2018), o Ministro relator Ives Gandra reconheceu a transcendência e julgou o recurso *monocraticamente*, reformando decisão que reconhecia culpa presumida do tomador público. Mas afinal, se o TST abriu mão de parte dos processos para ter uma agilidade eficaz maior quanto aos julgamentos que efetivamente prolatar, haveria suficiente utilidade precedencial no julgamento monocrático?

Por outro lado, breve pesquisa jurisprudencial junto ao TST com a palavra “transcendência” revela *dezenas de casos sobre o mesmo tema* reconhecidos como “transcendentes”, julgados pelas respectivas turmas. Qual a utilidade de julgar, um a um, tais processos (ainda que de forma colegiada), se não se atribuir ao respectivo acórdão força vinculativa para impor tal entendimento e dissuadir a resistência dos tribunais divergentes? Onde se quedaria a missão de efetivamente *pacificar* a jurisprudência, do TST?

Afigura-se que tal Corte Superior se encontra em um dilema, entre o mar e o rochedo, caso entenda o art. 896-A da CLT como desnudo de eficácia precedencial. Em tal situação, ou opta por pacificar a jurisprudência aceitando todos os casos de divergência, vaticinando que a divergência entre Regionais faz presumir a transcendência (mas ao custo de sua implosão por sobrecarga), ou reduz a sobrecarga defenestrando a maior parte dos recursos, inadmitindo-os como intranscendentes (ao custo de renunciar à missão uniformizadora).

Uma solução possível seria *dar maior volume ao uso do incidente de recursos repetitivos* (IRR – de utilização ainda muito rara), já legalmente dotado de significativos meios de imposição positivados na lei, *ou intensificar* (quicá através de inclusão de dispositivos no RITST) *a disciplina judiciária em relação ao decidido em sede de embargos à SBDI-1*, órgão incumbido da uniformização de dissensos entre as Turmas do TST, evitando a eternização dos dissensos jurisprudenciais – já que na atualidade este não tem sido percebido como obrigatório pelas frações do TST ou pelas instâncias inferiores como obrigatório, a despeito do art. 927, V, do CPC.

Nossa sugestão seria:

a) a inclusão de dispositivo regimental que determinasse (e não apenas facultasse) a instauração de IRR em casos repetitivos (e a maioria dos

dissensos submetidos ao TST o são) – ao menos nos primeiros exemplares de cada nova temática;

b) bem como a inclusão de dispositivo que impedisse uma Turma de prolar acórdão conflitante com outra turma ou com seção (instaurando-se em tal caso um IAC ou IRR);

c) finalmente, a regimentalização de regra similar àquela que constava do §4º do art. 896 da CLT (revogada pela referência ao CPC73, que não mais subsistia, mas não por desaprovação do legislador em relação à uniformização nos Tribunais Regionais), a fim de que o TST pudesse devolver à origem os dissensos que na realidade eram *internos*, antes de serem *entre* TRTs.

4. Conclusão

Um Tribunal Superior constitui instância extraordinária, com função de uniformizar nacionalmente entendimentos, corrigindo seu rumo e orientando prospectivamente a aplicação do direito. Como tal, não pode estar sobrecarregado com casos rotineiros e repetitivos, anacronicamente garantindo a uniformidade nacional do direito através de inviável controle um a um dos julgados divergentes ou recalitrantes. O dever de uniformização do TST, reforçado pela Lei 13.015/2014 e pelos arts. 926 e seguintes do CPC de 2015, sofreu considerável revés com a revogação das referências celetistas ao IUJ do CPC de 1973, sem que a opção da Lei 13.467/2017 pela transcendência tenha garantido de forma efetiva a continuidade de sua missão uniformizadora. Todavia, tem-se que o caráter aberto ou impreciso dos indicadores de transcendência não chega a constituir impedimento à sua utilização. Ainda que dispar a escolha dos processos transcendentais pelos diversos Ministros, bastaria que um ou alguns exemplares de cada matéria fosse admitido para servir de caso-piloto, desde que o acórdão resultante possuísse força vinculativa.

Assim, é vital que se divise maneira de atribuir eficácia precedencial vinculante ao produto do trabalho do TST, seja reconhecendo tal eficácia aos acórdãos julgados sob o regime da transcendência, seja incluindo-se dispositivo regimental que, em caso de divergência com outros órgãos do TST, determine (e não apenas faculte) a suspensão do julgamento e remessa ao órgão competente para uniformização – através do incidente de recurso repetitivo (IRR) ou incidente de assunção de competência (IAC).

Referências

- CARNEIRO, Cláudio Gomes. A aplicação prática da transcendência no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e a ofensa ao princípio da colegialidade. *Revista LTr*, v. 82, n. 4, abr. 2018.
- FERRAZ, Taís S. *O precedente na jurisdição constitucional*. São Paulo: Editora Saraiva, 2017.
- GIGLIO, Wagner D. *Direito processual do trabalho*. 13ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.
- LEITE, Carlos H. B. *Curso de direito processual do trabalho*. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- MARINONI, Luiz Guilherme. *Precedentes obrigatórios*. 4ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Recurso extraordinário e recurso especial: do jus litigatoris ao jus constitutionis*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.
- MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. O critério de transcendência do recurso de revista e sua aplicação efetiva pelo TST. *Revista LTr*, v. 82, n. 6, jun. 2018.
- MIESSA, Élisson. *Manual dos recursos trabalhistas: teoria e prática*. 3ª ed. Salvador: Ed. JusPodivum, 2018.
- MITIDIERO, Daniel. *Cortes superiores e cortes supremas, do controle à interpretação, da jurisprudência ao precedente*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.
- NADER, Philippe de Oliveira. A transcendência no recurso de revista. *Revista do TST*, Ed. Lex Magister, v. 84, n. 3, jul.-set. 2018.
- PRITSCH, Cesar Zucatti. IRDR, IAC e stare decisis horizontal: sugestões regimentais para evitar a criação de jurisprudência conflitante. *Revista Eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região*, n. 214, jun. 2018, pp. 52-90. Disponível em: <<https://www.trt4.jus.br/portais/documento-ato/1001622/214Edicao.pdf>>.
- _____. *Manual de prática dos precedentes no processo civil e do trabalho*. São Paulo: LTr, 2018.
- PRITSCH; Cesar Zucatti; JUNQUEIRA, Fernanda A. Marques; MARANHÃO, Ney. Repercussão geral de um tema não pode paralisar processo trabalhista inteiro. *Revista Consultor Jurídico*, 09/07/2019, 6h17min. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jul-09/opiniao-repercussao-geral-nao-paralisar-acao-trabalhista-inteira>>.
- SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 13ª ed. São Paulo: LTr, 2018.
- SOUZA, José Pedro de Camargo Rodrigues. *Apontamentos sobre a transcendência do recurso de revista*. 2011. 268 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2138/tde-31052012-154840/pt-br.php>>.
- TST. *Estatística, Recebidos e Julgados no Tribunal Superior do Trabalho*, 2017. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/documents/18640430/43f7606f-338a-ec2d-22d1-85057b62cd0e>>. Acesso em: 14/07/2019.
- _____. *Estatística, Recebidos e Julgados no Tribunal Superior do Trabalho*, 2019. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/estatistica/tst/recebidos-julgados>>. Acesso em: 14/07/2019.